

Oportunidade Única

Relatório da Comissão de Economia do Congresso americano afirma que em 1987 o superávit comercial do Japão com os demais países foi de 97 bilhões de dólares. Para quem gosta de comparações, isso equivale a quase toda a dívida externa brasileira. Ou seja: em um ano o Japão acumula sobras financeiras nas relações com o resto do mundo equivalentes a toda a capacidade de endividamento brasileira desde o primeiro choque do petróleo, no início da década de 70.

Há duas maneiras de se posicionarem os brasileiros diante desse fato: a primeira, afirmando, como boa parte da nossa diplomacia faz, que "o mundo é injusto". O mundo é injusto desde as legiões romanas. Foi injusto nas invasões dos exércitos de Alexandre o Grande, nas carnificinas de Aníbal e nas incursões de mongóis e tártaros que cobravam da Rússia czarista impostos em cereais ou mulheres para não destruírem suas casas e plantações.

A segunda maneira de se posicionar o Brasil diante do *mundo injusto* é adotando uma estratégia austera em relação aos seus próprios problemas de crescimento econômico, e pragmática sobre o comércio exterior e o fluxo de divisas. Os superávits do Japão significam que o eixo do financiamento mundial mudou-se em larga medida para Tóquio, depois de ter passado por Londres durante o esplendor do Império Britânico e por Nova Iorque, enquanto as reservas em ouro e moedas fortes foram capitalizadas pelos bancos americanos no pós-guerra.

A austeridade é incompatível com o festival de gastos promovido pela Constituinte, que literalmente esgotou o Finsocial, criou para o orçamento da União despesas incompatíveis com o controle do

déficit público e promoveu não apenas o distributivismo, mas ainda obstáculos capazes de manter os investidores estrangeiros a distância.

Por melhores que sejam os resultados conseguidos pelo ministro Mailson da Nóbrega em Tóquio, eles irão refletir a resistência do investidor estrangeiro a aplicar recursos a longo prazo onde inexista moldura institucional capaz de responder às suas perguntas fundamentais: vai o Brasil adotar uma estratégia balanceada que atenda aos seus interesses e ao dos centros conversores internacionais? Ou insistirá em se manter na contramão da história e em gastar o dinheiro que não tem, para manter um Estado hipertrofiado e um assistencialismo pelo qual não pode pagar?

O desejável seria que o Brasil combinasse várias formas de pragmatismo, e uma delas é a atuação em todas as frentes para que uma redução dos superávits comerciais japoneses beneficiasse suas exportações. Isso, porém, já é outra história. Por enquanto, ainda parece existir uma dúvida existencial profunda entre as lideranças políticas, a respeito do modelo de crescimento que devemos seguir: o encapsulamento na mediocridade, na teoria da ilha, com as queixas seguidas ao *mundo injusto*, ou uma abertura para o exterior compatível com o sentimento de modernidade que se espalha lá fora, no mundo industrializado, contaminando mais recentemente até o bloco comunista. Parte das respostas virá do segundo turno da Constituinte. É uma oportunidade única para reparar a imagem que já paralisou ou, em larga medida, mantém freados os capitais externos que poderiam acelerar o crescimento brasileiro.